

CIBEC/INEP



B0012616

EDUCAÇÃO E CULTURA  
SECRETARIA GERAL

A Política e  
o Plano Setorial  
de Educação  
e Cultura

Confúcio Pamplona

7.014  
698p

Brasília—Agosto—1973

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA  
SECRETARIA GERAL

A Política e  
o Plano Setorial  
de Educação  
e Cultura

Confúcio Pamplona

Brasília—Agosto—1973

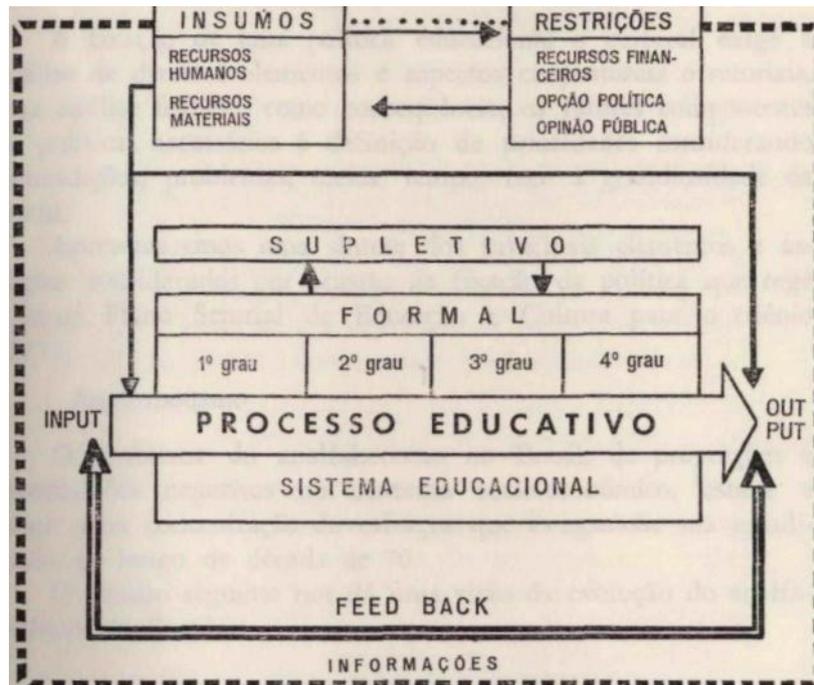
"A escolha das grandes opções do plano econômico e social deve repousar, ao mesmo tempo, sobre considerações imediatas, peculiares a cada país e sobre a imagem que cada sociedade se faz de seu futuro. Na medida em que são guardiães e criadores dos valores morais e espirituais de seu país, quem, melhor que os educadores, poderia contribuir para definir essa imagem do futuro da nação?"

RAYMOND POIGNANT

## SUMARIO

	Pág.
1. Elementos para uma Política .....	11
2. Plano Nacional de Desenvolvimento .....	15
3. Formulação da Política .....	17
4. Plano Setorial de Educação e Cultura .....	18
4.1—Estratégia .....	18
4.2—Objetivos Conjunturais .....	19
4.3—Projetos Prioritários .....	22
4.4—Orçamento Plurianual de Investimentos.....	25
5. Alguns Resultados .....	27
5.1—Evolução de Matrícula do Ensino de 1º Grau. . .	27
5.2—Evolução de Matrícula do Ensino de 2º Grau. . .	31
5.3—Evolução de Matrícula do Ensino Superior.....	33
5.4—Expansão de Recursos Financeiros .....	36
6. Conclusões .....	39

# CONJUNTURA EDUCACIONAL



OBSTÁCULOS INSTITUCIONAIS  
RESISTÊNCIAS ANTAGONISMOS  
PRESSÕES

## 1. ELEMENTOS PARA uma POLÍTICA

A fixação de uma política educacional e cultural *exige* a análise de diversos elementos e aspectos conjunturais e setoriais. Essa análise fornece, como consequência, os fatores componentes da política, necessários à definição de prioridades considerando contradições, problemas, meios, tempo, face à grandiosidade da tarefa.

Apresentaremos uma síntese dos principais elementos e aspectos considerados por ocasião da fixação da política que rege o atual Plano Setorial de Educação e Cultura para o triênio 72/74.

### 1.1. *Analfabetismo*

O problema do analfabetismo no Brasil, de proporções e repercussões negativas no contexto sócio-econômico, estava a exigir uma concentração de esforços que assegurasse sua erradicação ao longo da década de 70.

O quadro seguinte nos dá uma visão da evolução do analfabetismo no Brasil.

EVOLUÇÃO DO ANALFABETISMO NO BRASIL—1940/70

Anos	População de mais de 15 anos	Analfabetos de mais de 15 anos	Analfabetismo	População de 15 a 39 anos	Analfabetos de 15 a 39 anos	Analfabetismo
1940	23.639.769	13.279.899	56%	16.515.300	8.937.282	54%
1950	30.249.423	15.272.432	50%	20.911.777	9.964.060	46%
1960	40.187.590	15.815.903	39%	27.017.011	9.422.610	35%
1970	54.336.606	17.936.887	33%	35.954.488	9.911.744	28%

FONTE: Censo Demográfico de 1940, 1950, 1960 e 1970.

A concentração de esforços e recursos para a erradicação do analfabetismo se definiu, então, a partir de uma linha de ação de âmbito nacional, por interveniência do Governo Federal, com a colaboração efetiva da comunidade.

### 1.2. *Ensino Primário*

O diagnóstico da área do ensino primário, em resumo, caracterizava os seguintes problemas:

- responsabilidade quase total do poder público; a participação do setor privado abrange somente cerca de 10%;
- remuneração do corpo docente incompatível com as funções exercidas, constituindo um gravame para a seleção, treinamento e profissionalização;
- deficiência da oferta de matrículas, provocando uma baixa média de taxa de escolarização e contribuindo diretamente para o índice de analfabetismo na faixa etária dos 15 aos 39 anos;
- evasão e reprovação, particularmente na 1ª série, caracterizada por deficiências de recursos humanos (mais de 40% de professores leigos), de material didático-pedagógico e de currículos funcionais;
- inadequação das construções escolares e inexistência de especificações educacionais para elas e para os equipamentos escolares.

### 1.3. *Ensino Médio*

Na área do ensino médio, envolvendo o secundário e 2º ciclo, os principais problemas constatados foram os seguintes:

- aspecto elitizante, evidenciado pelo percentual de 47,4% pertencer ao sistema particular;
- baixa remuneração do corpo docente;

- insuficiência da rede escolar, em equipamento e instalações, absorvendo somente 20% da faixa etária;
- permanência de uma evasão de aproximadamente 70%;
- inadequação dos currículos às necessidades do mercado e força de trabalho, provocando desajustamentos individuais e ociosidade de mão-de-obra;
- inadequado preparo do corpo docente, principalmente quanto ao aspecto didático.

#### 1.4. *Ensino Superior*

No nível do ensino superior—graduação e pós-graduação—podemos sintetizar os seguintes problemas:

- expansão desordenada, inclusive face ao mercado de trabalho;
- falta de vagas, considerando a demanda;
- morosidade na implantação da Reforma Universitária que visa economizar meios, aprimorar a qualidade e expandir o ensino superior;
- estruturas deficientes para a obtenção de maior rentabilidade;
- inexistência de planejamento, controle e avaliação, inclusive das atividades pedagógicas;
- despreparo do corpo docente para as funções de ensino e pesquisa;
- má remuneração do corpo docente, impedindo o aperfeiçoamento e o estímulo à carreira do magistério;
- inadequação dos currículos, principalmente considerando o desenvolvimento científico-tecnológico;
- falta de instalação e equipamentos para o ensino e a pesquisa;
- desnível no desenvolvimento das diversas universidades.

### 1.5. Educação Permanente

Estudos relativos à educação permanente, em programas não formais de valorização dos recursos humanos, além da alfabetização, evidenciaram a necessidade das seguintes medidas:

- reformulação do ensino supletivo, nos diversos níveis, abrangendo, ao máximo, a população não escolarizada, particularmente em programas profissionalizantes;
- utilização e aprimoramento de tecnologia educacional, objetivando atingir as massas e aprimorar os processos educacionais;
- ativação de pesquisas educacionais para a permanente renovação de currículos e de técnicas para cursos diferenciados;
- abertura universitária para a execução de programas de atualização e aperfeiçoamento, face às imposições do mercado de trabalho.

### 1.6. Outros Elementos

A análise dos sistemas educacionais—federal, estaduais e municipais—indicou ainda a necessidade de:

- observância dos princípios de planejamento, orçamento, controle e avaliação e descentralização;
- reformulação das estruturas administrativas, constituindo em sistemas alguns dos princípios citados, para tornar essas estruturas dinâmicas e produtivas;
- esforço a ser feito para a atualização e interpretação das estatísticas, capazes de orientar o planejamento e alimentar a avaliação;
- urgente aprimoramento dos recursos humanos das áreas de atividades-meio, em benefício da rentabilidade das atividades-fim.

## 2. PLANO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO

Dando continuidade às "Metas e Bases do Governo", o I Plano Nacional de Desenvolvimento econômico e Social, em suas diretrizes governamentais de planejamento, fixava, em 1971, para o triênio 1972/1974, os seguintes *Objetivos Nacionais*, de interesse do planejamento global e setorial:

- colocar o Brasil, no espaço de uma geração, na categoria das Nações Desenvolvidas;
- duplicar, em 1980, a renda *per capita* do Brasil (em comparação com a de 1969), devendo verificar-se, para isso, crescimento anual do PIB equivalente ao dos últimos três anos;
- elevar a Economia, em 1974, às dimensões resultantes de um crescimento anual do PIB entre 8 e 10%.

Esses objetivos constituem-se, particularmente, em metas de desenvolvimento econômico. A educação é investimento necessário ao desenvolvimento, pela preparação e qualificação de recursos humanos como força-suporte. Em consequência, conforme definição do Ministro Jarbas Passarinho, resultam compromissos:

- do Governo, em atribuir ao setor educacional o tratamento prioritário, em recursos;
- dos administradores e docentes, que devem obter o máximo de rendimento na aplicação dos meios;
- dos alunos, pelo bom aproveitamento.

De interesse, também, para a formulação da Política Educacional, são os pressupostos para o desenvolvimento, arrolados no PND:

- ampla disseminação dos resultados do progresso econômico, alcançando todas as classes de renda e todas as regiões;
- transformação social, para modernizar as instituições, ace-

lerar o crescimento, distribuir melhor renda e manter uma sociedade aberta;

—estabilidade política, para realizar o desenvolvimento sob regime democrático;

—segurança, interna e externa.

Esses pressupostos implicam determinados aspectos da estratégia educacional, que orientaria a política:

—sentido não elitizante da educação;

—educação como fator de mobilidade social;

—educação de amplitude nacional, inclusive como determinante de integração;

—reforma institucional, visando à rentabilidade;

—formação da cidadania dentro e para o regime democrático e uma sociedade aberta;

—estabilidade dentro do sistema, de forma a eliminar antagonismos tendo a segurança como objetivo.

O PND, além dos objetivos e pressupostos, envolvendo, também, o Setor da Educação e Cultura, fixou as principais metas:

PRIORIDADES	Situação em 1970	Metas p/1974	Aumento %
—Ensino de 1º grau			
Número de matrículas—mil	16.300	22.000	35
—Taxa de escolarização real	73%	80%	—
—Ensino de 2.º grau			
—Número de matrículas—mil	1.100	2.200	100
—Ensino Superior	430	820	90
—Número de matrículas—mil			
—Docentes em regime de tempo integral e dedicação exclusiva	2.880	4.000	43
—Docentes em outros regimes	6.000	8.000	33
—Preparo de mão-de-obra (treinados por ano)	100.000	217.000	117
—Dispêndios públicos no Setor (Cr\$ milhões de 1972)	5.500	10.550	92
—Dispêndios Federais no Setor (Cr\$ milhões de 1972)	1.800	3.060	70

### 3. FORMULAÇÃO DA POLÍTICA

Conhecida a conjuntura educacional, pelo diagnóstico em todos os seus níveis e face aos objetivos e metas nacionais a serem perseguidos, o Ministro da Educação e Cultura, definiu a políti-

ca para o triênio 72/74, ao aprovar o Plano Setorial de Educação e Cultura, de acordo com princípios doutrinários que considera a Educação:

- "um direito natural, que flui da evidência de que o homem é um ser dotado de potencialidade que cabe atualizar e desenvolver;
- um direito individual, que tem contrapartida no dever do Estado de torná-lo efetivo;
- constitui em função uma e indissociável da valorização do homem;
- deve preservar os valores permanentes que dignificam a pessoa humana;
- ser encarada como instrumento de democratização, pela universalização do ensino e das oportunidades;
- deve significar o esforço para se transmitirem, não apenas conhecimentos e técnicas, mas lealdade para com os valores e ideais que sustentam e animam a Nação;
- é investimento em favor do desenvolvimento econômico e social."

#### 4. PLANO SETORIAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA

Estabelecida a política em seus princípios e prioridades, foi elaborado, de acordo com diretrizes ministeriais, o Plano Setorial de Educação e Cultura para o triênio 72/74, fixando-se uma estratégia, os objetivos permanentes e conjunturais e os projetos prioritários .

##### 4.1. *Estratégia*

Da estratégia concebida, devemos destacar:

- "a importância política de um sistema educacional capaz de contribuir eficazmente para modelar uma sociedade, em

função de objetivos definidos, suas estruturas econômica, institucional e cultural;

- que a educação brasileira deve orientar o esforço de aperfeiçoamento do processo político nacional, no sentido da construção de uma sociedade de participação cada vez mais justa;
- que a aceleração da revolução na educação brasileira deve ser fundamentada na formação de uma adequada estrutura de recursos humanos, condizente com as necessidades socioeconômicas, políticas e culturais e no incremento da rentabilidade, produtividade e eficiência do sistema educacional;
- que para tanto deverá haver a melhoria da qualidade do ensino, a eliminação da capacidade ociosa, a planificação do crescimento quantitativo da oferta de vagas, a adaptação de currículos à realidade nacional e às peculiaridades regionais e a articulação da educação, da pesquisa e da tecnologia com o desenvolvimento global do País;
- o objetivo de se visar aprimorar, gradativamente, o processo de democratização de oportunidades de formação de uma consciência nacional".

#### 4.2. Objetivos *Conjunturais*

De modo concreto, a estratégia educacional e cultural perseguirá os objetivos seguintes que, então, deram origem aos projetos prioritários.

##### a) *Quanto ao analfabetismo:*

- (1) Secar-lhe a fonte, pela universalização do ensino fundamental obrigatório e gratuito, na faixa dos 7 aos 14 anos de idade.
- (2) Eliminar, possivelmente, no decorrer da década de 1970, o analfabetismo de adolescentes e adultos, com o esforço concentrado na faixa dos 15 aos 35 anos de idade.

como instrumentos principais para consecução desses objetivos temos os projetos "Operação-Escola" (nº 1) e o "Programa Nacional de Alfabetização" (nº 5) com recursos, respectivamente, do Salário-Educação e da Loteria Esportiva.

Esses objetivos e seus projetos inerentes visam minorar as deficiências, solucionar problemas ou distorções apontadas em estudos a respeito do analfabetismo e do percentual baixo de escolarização no nível do ensino de 1º grau.

b) *Quanto ao desenvolvimento de recursos humanos para uma sociedade democrática:*

- (1) Preparar o homem para o exercício consciente da cidadania, com fundamento nos princípios do idealismo que aprimoram o caráter e asseguram a prevalência dos valores espirituais e morais.
- (2) Despertar as vocações, desde o nível do ensino de 1º grau.
- (3) Estimular a expansão dos sistemas de treinamento e de retreinamento.
- (4) Proporcionar terminalidade ao ensino de 2º grau, visando à formação de técnicos de nível médio.
- (5) Expandir, sem prejuízo dos padrões qualitativos, a oferta do ensino superior, especialmente nas áreas das técnicas, da formação do magistério e das ciências da saúde.
- (6) Acelerar a Reforma Universitária.
- (7) Instituir os centros regionais de Pós-graduação.
- (8) Manter o princípio da gratuidade do ensino ulterior ao fundamental para todos que sejam carentes ou tenham insuficiência de recursos, até que se institua um adequado sistema de bolsas para estudantes.

Visando também a esses objetivos há a legislação correspondente à Reforma Universitária e a Lei nº 5.692 que fixou a reforma do ensino de 1ª e 2ª graus.

Diversos projetos prioritários visam à consecução desses objetivos conforme especificaremos no item 4.3.

Os objetivos enumerados correspondem a problemas em todos os níveis de ensino referentes ao preparo de recursos humanos, inadequação de currículos e outras deficiências relativas à produtividade do ensino e insuficiência de meios e prática da educação física e desporto no meio estudantil.

c) *Quanto a integração da unidade educacional com a comunidade:*

- (1) Estabelecer instrumentos para a ação da escola em sua zona de influência comunitária, especialmente sob a forma de estágios supervisionados, como parte da organização curricular e de integração da escola com a empresa.
- (2) Desenvolver organizações intermédias do tipo comunitário na área educacional, permitindo assim maior interação entre a escola e a comunidade.

Para consecução desses objetivos serão especificados no item 4.3 projetos prioritários que visam à integração escola-empresa—comunidade-governo.

d) *Quanto à ciência, tecnologia e cultura:*

- (1) Estimular a pesquisa contínua como processo de desenvolvimento e aquisição de conhecimento.
- (2) Dotar as instituições educacionais de estruturas flexíveis e permeáveis à inovação.

- (3) Experimentar as modernas tecnologias no campo educacional, absorvendo aquelas que sejam adequadas às nossas condições.
- (4) Incrementar os programas de educação física e desporto e de assistência ao educando.

Diversos são os projetos prioritários, conforme veremos no item 4.3, que são instrumentos para consecução desses objetivos.

e) *Quanto a instrumentos de apoio essenciais aos sistemas educacionais:*

- (1) adequar os recursos humanos necessários à sua operação.
- (2) Utilizar métodos e técnicas que levam a uma operação planificada.

Os projetos pertinentes à Reforma Administrativa ou o Decreto-lei nº 200 e aqueles específicos de aprimoramento das pesquisas e de estatísticas educacionais servem de instrumentos a esses objetivos.

#### 4.3. *Projetos prioritários*

Inicialmente foi estabelecido um elenco de 33 projetos prioritários que vieram compor o Plano Setorial da Educação e Cultura para o triênio 72/74. Por diretriz ministerial para 1973/74, outros três projetos foram incorporados ao Plano.

Todos os projetos prioritários encontram-se em fase de execução, sendo controlados e avaliados sistematicamente.

Apresentaremos, nos quadros seguintes, uma síntese desses projetos, fornecendo apenas os dados principais que lhes são pertinentes, dada a extensão das informações a respeito. Essa síntese inclui os seguintes elementos:

- designação
- objetivos

- recursos atribuídos em 1973
- órgãos de coordenação, de execução e outros envolvidos
- alguns dados que refletem a situação atual da implantação.

Os quadros serão apresentados de acordo com a seguinte classificação:

- Projetos no Setor do Ensino de 1º grau
- Projetos no Setor do Ensino de 2º grau
- Projetos no Setor do Ensino Universitário
- Projetos diversos no âmbito da Educação e Cultura
- Projetos no Setor Administrativo.

PROJETOS NO SETOR DO ENSINO DE 1º GRAU

Nº	DESIGNAÇÃO	OBJETIVOS	RECURSO EM 1973 - CR\$	COORDENAÇÃO - ÓRGÃOS ENVOLVIDOS	ALGUNS DADOS
1	OPERAÇÃO ESCOLA	- Melhoria da capacidade instalada; - Construção, ampliação e reforma; - Recrutamento e seleção de pessoal docente; - Equipamento.	175.576.900,00	- Execução: DEF e Secretarias de Educação dos Estados, DF. e Territórios.	- Construção salas 1.383 - Ampliações 425 - Equipamento sala 4.852 - Manutenção classe 13.140 - Treinamento prof. 21.918 - Treinamento especial— - Suplementação sa—
2	CONSTRUÇÃO, TRANSFORMAÇÃO E EQUIPAMENTO DE ESCOLAS POLIVALENTES	- Construção inicial; 284 Escolas; - Transformação: 30; - Aumenta de matrícula: 240.000; - Treinamento; 23.400 professores; - Equipamento das Escolas	215.997.600,00	- Coord.: SEB - Execução: PREMEN - Participação: Secretarias Estaduais	- Administração de 1º e 2º acordos MEC/USAID no valor de 64 e 100 milhões de dólares; - Estados já beneficiados: MG, BA, ES, RS; - Outros Estados: CE, SC, GO, PR, RJ e PE.
3	APERFEIÇOAMENTO E TREINAMENTO DE PROFESSORES PARA O ENSINO FUNDAMENTAL E NORMAL	- Atualização dos professores face a Lei 5.692; - Qualificação e titulação de professores não titulados.	32.461.600,00	- Execução: DEF e Secretarias Educação dos Estados, DF e Territórios.	Habilitação; 804 professores; - Atualização: 365 docentes; - Seminários; - Encontros.
12	PLANO DE CARREIRA E MELHORIA DE REMUNERAÇÃO DO MAGISTÉRIO DO ENSINO FUNDAMENTAL	- Estatuto do Magistério; - Plano de carreira; - Melhoria salarial,	694.000,00	- Coordenação: SEG - Execução: DEF, DEM e Secretarias dos Estados, DF e Territórios.	- Decreto no 71.244/72 - Projetos dos Estados em diversos estágios.
27	PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA AOS ESTADOS, TERRITÓRIOS E DISTRITO FEDERAL	- Implantação de técnicas de planejamento, orçamento e avaliação; - Assistência, face à Reforma, aos Planos de Educação.	- 2.699.000,00 do DEF; - 12.059.236,00 do DEM.	- Coordenação: SEG - Execução: DEF, DEM e DSU; - Envolvidas: Secretarias de Educação.	- Ensino Fundamental — existente em todos Estados, DF e Territórios. - DEM e DSU (em fase inicial)
23	REFORMULAÇÃO DE CURRÍCULOS DE ENSINO FUNDAMENTAL	- Aperfeiçoamento dos currículos; - Definição dos mecanismos de implantação; - Treinamento de Professores; - Material didático.	1.061.900,00	- Coordenação: DEF - Execução: DEF e Secretarias de Educação dos Estados e DF.	Execução centralizada no Centro de Recursos Humanos "João Pinheiro"; - Cursos; - Encontros.
29	CARTA ESCOLAR	- Levantamento de dados estatísticos de 1º e 2º graus; - Obtenção de instrumentos para planejamento; - Visualização dos dados apurados	17.573.200,00	- Coordenação: SEG; - Execução: PROCARTA com cooperação das Secretarias Educação dos Estados, DF e Territórios.	- Levantamento e apuração no DF e Estados: MG, SP, ES, RJ e GB; - Prosseguimento nos demais Estados e Territórios.
34	MELHORIA DO ENSINO DE CIÊNCIAS PARA O 1º E 2º GRAUS	- Montagem e avaliação de projetos; - Produção de material didático; - Fixação de currículos; - Titulação de pessoal.	6.860.900,00	- Coordenação: SEG. - Execução: PREMEN - Articulação com o DEF, DEM e Centros de Ciências.	- Preparo de currículos; - Treinamento de professores na licenciatura parcelada; - Elaboração de material didático.
35	EDUCAÇÃO ESPECIAL	- Promover a expansão e melhoria do ensino aos excepcionais.	8.262.500,00	- Coordenação: SEG - Execução: CENESP	- Criação do Centro pelo Decreto nº 72.425, de 03/7/73; - Preparação de projetos.

PROJETOS NO SETOR DO ENSINO DE 2º GRAU

Nº	DESIGNAÇÃO	OBJETIVOS	RECURSO EM 1973 - CR\$	COORDENAÇÃO - ÓRGÃOS ENVOLVIDOS	ALGUNS DADOS
13	PLANO DE CARREIRA E MELHORIA DO ENSINO MÉDIO.	CONSULTAR OS DADOS CONTIDOS NO QUADRO "PROJETOS NO SETOR DO ENSINO DE 1º GRAU"			
29	CARTA ESCOLAR				
35	EDUCAÇÃO ESPECIAL				
34	MELHORIA DO ENSINO DE CIÊNCIAS E 2º GRAUS	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Montagem e avaliação de projetos;</li> <li>- Produção de material didático;</li> <li>- Fixação de currículos.</li> <li>- Titulação de pessoal.</li> </ul>	6.860.900,00	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Coordenação: SEG.</li> <li>- Execução: PREMEN</li> <li>- Atualização com o DEF, DEM e Centros de Ciências.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Preparo de currículos;</li> <li>- Treinamento de professores na licenciatura parcelada;</li> <li>- Elaboração de material didático.</li> </ul>
4	TREINAMENTO E APERFEIÇOAMENTO DE PROFESSORES PARA O ENSINO MÉDIO	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Preparação de Professores;</li> <li>- Aperfeiçoamento;</li> <li>- Assistência Técnica.</li> </ul>	13.700.000,00	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Coordenação: DEM</li> <li>- Órgãos envolvidos: CENAFOR, Centros de Educação Técnica, UTRAMIG e Estados.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- 122 Cursos pelo CENAFOR;</li> <li>- Estágios e Bolsas; 3346 concluintes pelo CENAFOR;</li> <li>- 1278 pelos Centros;</li> </ul>
17	CONSTRUÇÃO, TRANSFORMAÇÃO E EQUIPAMENTO DE COLÉGIOS INDUSTRIAIS, AGRÍCOLAS, COMERCIAIS E COMPREENSIVOS E DAS ESCOLAS FAZENDAS.	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Equipamento e modernização de colégios;</li> <li>- Ampliação dos Centros;</li> <li>- Construções e ampliação de Escolas e Colégios.</li> </ul>	37.677.800,00	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Coordenação: DEM</li> <li>- Execução: PRODEM</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Empréstimo atual com o BID;</li> <li>- Empréstimo com o BIRD, em execução;</li> <li>- Negociação sobre outros empréstimos com os dois Bancos</li> </ul>
16	INTEGRAÇÃO ESCOLA-EMPRESA- GOVERNO	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Integrar os estudantes nas empresas, com treinamento;</li> <li>- Atualização curricular</li> </ul>	7.603.200,00	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Coordenação do DAU e CEM;</li> <li>- Execução convênio com o IEL(DAU);</li> <li>- Execução pelos Serviços de Integração Escola-Empresa (SIEE) .</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Convênio com Universidades;</li> <li>- Convênio com as empresas e Escolas Técnicas Federais.</li> </ul>
19	INCENTIVO À IMPLANTAÇÃO DAS CARREIRAS DE CURTA DURAÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Atender a demanda do mercado de Trabalho; Atender a procura as Universidades.</li> </ul>	1.200.000,00 e parte do projeto 17 e dos ETF e Universidades.	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Coordenação: DEM e DAU;</li> <li>- Execução: PRODEM e Universidades</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Cursos de Engenharia Operacional em 5 Escolas Técnicas;</li> <li>- Cursos em algumas Universidades;</li> <li>- Cursos de Professores em licenciatura curta.</li> </ul>

PROJETOS NO SETOR DO ENSINO UNIVERSITÁRIO

Nº	DESIGNAÇÃO	OBJETIVOS	RECURSOS EM 1973 - Cr\$	COORDENAÇÃO ORGAOS ENVOLVIDOS	ALGUNS DADOS
8	PROGRAMA DE EQUIPAMENTO DOS CENTROS AVANÇADOS E OUTROS ESTABELECIMENTOS DO ENSINO SUPERIOR.	- Construção dos Campi Universitários; - Equipamento dos estabelecimentos de Ensino Superior.	- 46.704.000,00 e US\$12.621.000,00	- Coordenação: DAU; - Execução: CEPES.	Convênios com Hungria e RDA; total de 60 milhões de dólares; Convênio com o BID em execução; Estudo de novos projetos de 110 milhões, de dólares; Levantamento do Plano Geral de Desenvolvimento das Universidades.
9	PROGRAMA DE CONSTRUÇÃO DA 1ª ETAPA DOS CAMPI UNIVERSITÁRIOS.	- Racionalização das construções; - Implantação do sistema ensino-pesquisa.	- 126.664.300,00	- Coordenação: DAU; - Execução: CEFES, Universidades e Escalas Isoladas.	A 1ª etapa da UFRJ custou 420 milhões; Prioridade para as universidades de BSB, PA, PB, MG e RS; Todas as universidades em andamento.
10	OPERAÇÃO PRODUTIVIDADE NO ENSINO SUPERIOR.	- Aplicação de modernas técnicas didáticas e de aprendizagem; - Utilização da capacidade instalada.	3.000.000,00	- Coordenação: DAU; - Execução: Universidades e Escalas Isoladas.	- Em execução na área Saúde Implantação das Seções Técnicas de Ensino.
11	IMPLANTAÇÃO DOS CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO E CENTROS REGIONAIS DE PÓS-GRADUAÇÃO	- Desenvolvimento do programa de aperfeiçoamento do corpo docente e de pesquisa.	- 31.000.000,00	- Coordenação: DAU - Execução: CAPES e Universidades.	- 1187 Bolsas novas; - 452 Bolsas renovadas; Levantamento dos dados de Pós-graduação; - Cursos de especialização.
14	PROGRAMA DE IMPLANTAÇÃO PROGRESSIVA DO TEMPO INTEGRAL NO ENSINO SUPERIOR.	- Implantação dos regimes especiais; - Incentivo a pesquisa; - Melhoria do corpo docente universitário; - Instituição do programa de monitoria.	- 261.000.000,00	- Coordenação: DAU - Execução: Concretude e Universidades.	REGIME CONCRETUDE UNIV TOTAL  RETIDE 3031 547 3.578 40 h 351 357 708. 24h 6179 1393 7.572  SOMA 9551 2297 11.856 - O Programa de Monitoria abrange 2.840 estudantes.
16	INTEGRAÇÃO ESCOLA-EMPRESA-GOVERNO	CONSULTAR OS DADOS REFERENTES AO PROJETO Nº 16 NO QUADRO "PROJETOS NO SETOR DO ENSINO DE 2º GRAU"			
16	PROGRAMA DE INTEGRAÇÃO DAS UNIVERSIDADES NAS COMUNIDADES	- Estágio supervisionado nas comunidades; - Integração dos estudantes nos problemas locais	3.650.000,00	- Coordenação: CINCRUTAC; - Execução: CRUTAC das Universidades.	CRUTACs em 17 Universidades; Ação em ÓBIDOS E FERNAN DO NORONHA
19	INCENTIVO A IMPLANTAÇÃO DAS CARREIRAS DE CURTA DURAÇÃO	CONSULTAR OS DADOS REFERENTES AO PROJETO Nº 19 NO QUADRO "PROJETOS NO SETOR DO ENSINO DE 2º GRAU"			
30	UNIVERSIDADE ABERTA - SISTEMA DE CRÉDITO PARA OS DIPLOMADOS.	- Propiciar a obtenção de créditos aos já formados conforme suas necessidades; - Melhoria profissional.	10.000.000,00	- Coordenação - DAU - Execução: Universidade Escalas Isoladas.	Implantado em 10 Universidades: CE, JF, M3, RS, BS8, MA, FRS, PE, SC e MT. - Falta Implantar: 7. - Em implantação: 21;

PROJETOS DIVERSOS NO ÂMBITO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

Nº	DESIGNAÇÃO	OBJETIVOS	RECURSOS EM 1973 - CR\$	COORDENAÇÃO - ÓRGÃOS ENVOLVIDOS	ALGUNS DADOS
7	MECANISMO DE FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO E CULTURA	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Eliminar progressivamente a gratuidade do Ensino Superior;</li> <li>- Criar sistema de financiamento da educação;</li> </ul>	350.000,00	Coordenação: SEG Execução FNDE	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Elaboração do projeto; Nova Lei do FUNDEC (Educação e Cultura)</li> <li>- Estudos sobre os mecanismos necessários.</li> </ul>
20	IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA AVANÇADO DE TECNOLOGIA EDUCACIONAL	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Coordenar os programas, entidades e meios teleducacionais;</li> <li>- Colaborar na universalização do ensino;</li> <li>- Apoiar experimentos de novas tecnologias</li> </ul>	29.672.400,00	Coordenação: SEG Execução: PRONTEL, SRE, FCBTVE e outros orgaos.	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Construção do Centro de Produção da FCBTVE;</li> <li>- Projeto Minerva;</li> <li>- Canal 2 de TV na GB;</li> <li>- Diversos programas no país;</li> <li>- Projeto SACY em coordenação com o INPE;</li> <li>- Preparação de recursos humanos.</li> </ul>
3G	PROGRAMA NACIONAL DE TELEEDUCAÇÃO				
15	PROGRAMA INTENSIVO DE PREPARAÇÃO DE MÃO DE OBRA	— Especializar, treinar e aperfeiçoar pessoal dos setores primário, secundário e terciário,	34.301.000,00	Coordenação: DSU Execução: PIPMO Órgãos Envolvidos MT (DNMO), SENAI, SUVALE	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Convênio com diversos órgãos;</li> <li>- Execução no 19 semestre</li> <li>- setor primária -19.026</li> <li>- setor secundário 22.166</li> <li>- setor terciária 16.927</li> <li>Soma ... 58.119</li> </ul>
21	APERFEIÇOAMENTO DO SISTEMA DE INFORMAÇÃO SOBRE EDUCAÇÃO E CULTURA	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Proporcionar estatísticas e informações fidedignas e oportunas</li> <li>- Implantar o Sistema Estatístico;</li> <li>- Envolver órgãos estaduais</li> </ul>	3.533.830,00	Coordenação: SEG Execução: SEEC Estados, UnB	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Atualização das estatísticas (já difundidas as de 1972)</li> <li>- Convênio com os Estados;</li> <li>- Projeto pelo MEC-UnB;</li> <li>- Reformulação do SEEC</li> </ul>
22	PROGRAMA DE EDUCAÇÃO FÍSICA E DESPORTOS	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Integração das Esc. de Educação Física;</li> <li>- Construção de Instalações Esportivas;</li> <li>- Auxílio ao desporto nacional;</li> <li>- Aperfeiçoamento de recursos humanos,</li> </ul>	114.797.200,00	Coordenação: DED e CND Execução — Entidades diversas e Estados	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Construção nas Universidades;</li> <li>- Apoio as Secretarias de Educação;</li> <li>- Olimpíadas;</li> <li>- Jogos regionais e nacionais;</li> <li>- Vinda de técnicos estrangeiros;</li> <li>- Pesquisas necessárias,</li> </ul>
24	PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Restaurar e conservar monumentos históricos;</li> <li>- Localizar, catalogar, jazidas arqueológicas;</li> </ul>	12.168.000,00	Coordenação: DAC Execução: IPHAN e outras entidades.	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Tombamentos;</li> <li>- Planejamento integrado do Município de Parati;</li> <li>- Implantação do Parque Nacional de Guararapes;</li> <li>- Conservação de inúmeros monumentos.</li> </ul>
25	PROGRAMA DE INCENTIVO À DIFUSÃO E CRIAÇÃO, NO ÂMBITO DE ASSUNTOS CULTURAIS	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Estimular e dinamizar iniciativas culturais;</li> <li>- Apoiar com prêmios a criatividade.</li> </ul>	17.076.812,00	Coordenação: DAC Execução: Museus, Bibliotecas, Institutos e outras entidades,	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Publicação de obras;</li> <li>- Ação da Campanha de Defesa do Folclore;</li> <li>- Premios pela Comissão Nacional de Belas Artes;</li> <li>- Funcionamento da Casa Ruy Barbosa;</li> <li>- Pesquisas pelo IJNPS;</li> <li>- Programação do INC e Embrafilme;</li> <li>- SRE: Minerva Cultural,</li> </ul>
5	PROGRAMA NACIONAL DE ALFABETIZAÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Alfabetizar 6 milhões no triênio;</li> <li>- Proporcionar educação continuada;</li> <li>- Preparar material didático especializado;</li> <li>- Preparar recursos humanos</li> </ul>	172.700.000,00	Coordenação: DSU MOBRAL Execução: MOBRAL, Estados, comunidade e entidades diversas	<ul style="list-style-type: none"> <li>- MOBRAL 1º semestre:</li> <li>- alfabetização 2.780.000</li> <li>- Educação Integrada 778.600</li> <li>- DSU:</li> <li>- alfabetização 17.140 Ed.</li> <li>- continuada 91,900</li> </ul>

PROJETOS DIVERSOS NO ÂMBITO DA EDUCAÇÃO E CULTURA (Continuação)

Nº	DESIGNAÇÃO	OBJETIVOS	RECURSOS EM 1973 - CR\$	COORDENAÇÃO - ÓRGÃOS ENVOLVIDOS	ALGUNS DADOS
6	PROGRAMA INTEGRADO DE ASSISTÊNCIA AO EDUCANDO	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Manter e desenvolver o projeto de alimentação escolar;</li> <li>- Equipar cantinas;</li> <li>- Renovar e conceder bolsas de estudo a estudantes carentes de recursos;</li> <li>- Incentivar atividades de Educação Moral e Cívica;</li> <li>- Apoiar instituições de fim comunitário;</li> <li>- Fornecer material escolar.</li> </ul>		<p>Coordenação: Sec. de Apoio Administrativo</p> <p>Execução: DAp.</p> <p style="padding-left: 20px;">- CNAE e</p> <p style="padding-left: 20px;">- FENAVE</p> <p>outras entidades</p>	<p>Publicação: 25.275.121 e material</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Bolsas</li> <li>- 1º e 2º grau - 75.000</li> <li>- Ens. Superior 4.787</li> <li>- Excepcionais 4.002</li> <li>- Trabalho 48.000</li> <li>- Alimentação 4.000</li> </ul>
31	FIXAÇÃO DOS DISTRITOS GEO-EDUCACIONAIS	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Zoneamento para fins de planejamento;</li> <li>- Delimitação de áreas de influência.</li> </ul>	850.000,00	<p>Coordenação: DFE</p> <p>Execução: Grupo-Te<sup>ra</sup> refe</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Mapeamento da rede do Ensino Superior;</li> <li>- Delimitação dos espaços físicos dos distritos;</li> <li>- Levantamento das características sócio-econômicas;</li> <li>- Levantamento estatístico.</li> </ul>
32	ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Atividades de experimentação pedagógica;</li> <li>- ampliação de centros educativos;</li> <li>- reformulação de currículo;</li> <li>- Estudos de mão-de-obra;</li> <li>- Custos da Educação;</li> </ul>	14.800.000,00	<p>Coordenação: SEG</p> <p>Execução: INEP, Universidades e instituições diversas</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Modificação da estrutura do INEP;</li> <li>- Estabelecimento de sistematização;</li> <li>- Execução do Plano de Pesquisas;</li> <li>- Arquivo e difusão de documentação pedagógica.</li> </ul>
33	PROGRAMA NACIONAL DO LIVRO	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Coeditar livro texto de ensino de 1º grau para estudantes e Bibliotecas;</li> <li>- Coeditar livro e materiais do Ensino Médio e Superior;</li> <li>- Coeditar livros de programa cultural inclusive infantil;</li> <li>- Realizar pesquisas.</li> </ul>	39.758.128,00	<p>Coordenação: INL</p> <p>Execução: INL, Estados, Bibliotecas e outras organizações e entidades em convênio.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Livros didáticos de 1º grau</li> <li>- exemplares: 8.038.855</li> <li>- Livro cultural</li> <li>- 37 no 1º semestre/73</li> <li>- Ensino Superior exemplares: 16.977</li> <li>- Encontros, inclusive de avaliação do projeto.</li> </ul>

PROJETOS NO SETOR ADMINISTRATIVO

Nº	DESIGNAÇÃO	OBJETIVOS	RECURSOS EM 1973 - Cr\$	COORDENAÇÃO ORGÃOS ENVOLVIDOS	ALGUNS DADOS
28	REFORMA ADMINISTRATIVA, implantação de técnicas e SISTEMAS - REFORMULAÇÃO DE ESTRUTURAS E MELHORIA DE TODOS	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Reformular as estruturas dando funcionalidade e rentabilidade;</li> <li>- Constituir Sistemas para permitir a participação de toda a estrutura;</li> <li>- Seguir os princípios da Reforma Administrativa.</li> </ul>	560.000,00	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Coordenação: SEG;</li> <li>- Execução: Todos os órgãos através das assessorias de modernização administrativa.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Nova estrutura dos órgãos de administração direta;</li> <li>- Revisão dos órgãos de Administração indireta;</li> <li>- Institucionalização dos sistemas de planejamento, orçamento, controle e avaliação, organização e métodos de pessoal e administração financeira;</li> <li>- Administração por objetivos;</li> <li>- Criação de mecanismos de natureza transitória para administração dos projetos prioritários.</li> </ul>
26	PROGRAMA DE TREINAMENTO, APERFEIÇOAMENTO E ENQUADRAMENTO E FORMAÇÃO DE LIDERANÇA DO PESSOAL DO MINISTÉRIO.	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Melhoria do pessoal administrativo do MEC;</li> <li>- Implantação do sistema de carreira;</li> <li>- Possibilitar melhores vantagens para o pessoal privilegiando o valor.</li> </ul>	550.000,00	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Coordenação: Secretaria de Apoio Administrativo;</li> <li>- Execução: CETREMEC</li> </ul>	<p>Cursos de:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Administração financeira;</li> <li>- Administração de Material;</li> <li>- Planejamento;</li> <li>- Orçamento Programa;</li> <li>- Relações Humanas;</li> <li>- Planejamento Educacional;</li> <li>- Supervisão Administrativa;</li> <li>- Bibliotecologia;</li> <li>- Secretariado;</li> <li>- Redação;</li> <li>- Dattilografia.</li> </ul>

#### 4.4. Orçamento *Plurianual* de *Investimentos*

Concomitantemente à elaboração do Plano Setorial de Educação e Cultura foi preparado o Orçamento Plurianual de Investimento para o triênio 72/74 e a proposta do Orçamento-programa para 1972.

O quadro da página nº 21 retrata o resumo dos recursos previstos no OPI, com preços de 1972.

As previsões de recursos têm sido atualizadas anualmente face às suas fontes, recebendo o MEC, como programa prioritário do Governo, índices de correção privilegiados.

Os recursos vinculados ao tesouro ou extra-orçamentários têm sido corrigidos em virtude da elevação real além das previsões contidas no OPI.

Atualmente o MEC se orgulha de possuir um sistema orçamentário e de administração financeira que satisfaz e facilita o complexo sistema educacional e cultural.

CPI - RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS - EXERCÍCIOS DE 1971 a 1974

R E C E I T A	1 9 7 1	1 9 7 2	1 9 7 3	1 9 7 4
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA				
RECEITAS DA UNIÃO				
SALÁRIO-EDUCAÇÃO	1.316.154.300,00	1.551.400.300,00	1.609.305.000,00	1.674.589.500,00
	250.000.000,00	260.000.000,00	267.900.000,00	275.800.000,00
MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL	124.000.000,00	216.000.000,00	227.900.000,00	239.800.000,00
M.P.C.G. - ÁREAS ESTRATÉGICAS OPERAÇÃO PRODUTIVIDADE	28.000.000,00	14.320.000,00	15.040.000,00	15.800.000,00
	6.000.000,00	-	-	-
RECEITA ORÇAMENTÁRIA	1.724.154.300,00	2.041.720.300,00	2.120.045.000,00	2.205.989.500,00
RECEITA EXTRA-ORÇAMENTÁRIA				
L - LOTERIA ESPORTIVA (Estimativa)	60.000.000,00	140.000.000,00	147.000.000,00	156.000.000,00
L - LOTERIA FEDERAL (Estimativa)	8.600.000,00	5.250.000,00	5.512.000,00	5.788.125,00
SUBTOTAL	1.792.754.300,00	2.186.970.300,00	2.272.557.500,00	2.367.777.625,00
OUTRAS FONTES	-	275.219.700,00	244.178.400,00	192.686.375,00
T O T A L G E R A L	1.792.754.300,00	2.462.190.000,00	2.516.735.900,00	2.560.464.000,00

## 5. ALGUNS RESULTADOS

Daremos em seguida uma síntese de alguns resultados físicos obtidos para o atingimento das metas do Plano Setorial de Educação e Cultura.

### 5.1. *Evolução da Matrícula do Ensino de 1.º Grau*

com a implantação e implementação dos projetos relativos ao ensino de 1º grau, pode-se observar pelos quadros I e II, a crescente evolução da matrícula no ensino de 1º grau.

Apresentamos os dados relativos ao 1º grau, separadamente, as quatro primeiras e as quatro últimas séries em virtude de a implantação da Reforma ser progressiva a partir de 1972 e de as estatísticas ainda, logicamente, compartimentarem o ensino de 1º grau.

QUADRO I

Crescimento da matrícula inicial total no ensino de 1.º Grau (quatro primeiras séries)

Brasil—1968/1973

ANOS	MATRICULAS	N.º RELATIVOS
1968	11.943.506	100,0%
1969	12.294.343	103,0%
1970	12.812.029	107,3%
1971	13.640.967	114,2%
1972	14.523.538	122,0%
1973	15.463.211	129,5%

QUADRO II

Crescimento da matrícula inicial total no ensino de 1.º Grau (quatro últimas séries)

Brasil —1968/1973

ANOS	MATRÍCULAS	N.os RELATIVOS
1968	2.404.614	100,0%
1969	2.719.165	113,1%
1970	3.082.598	128,2%
1971	3.442.705	143,2%
1972	3.961.003	165,0%
1973	4.475.933	186,0%

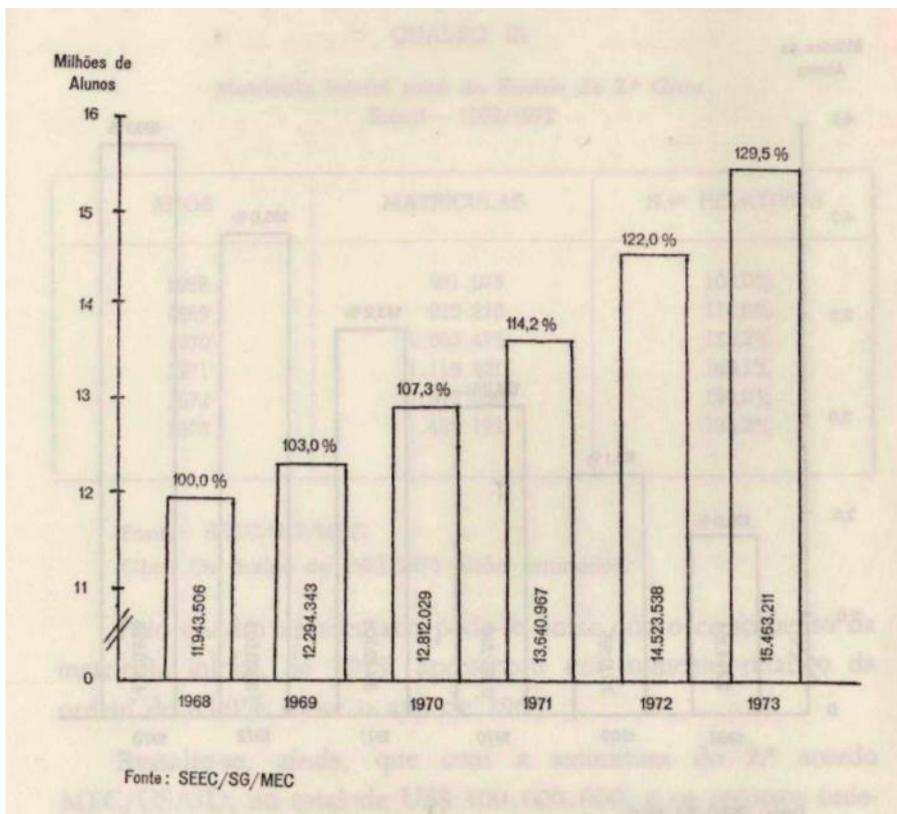
Fonte: SEEC/SG/MEC.

Obs.: Os dados para 1972/1973 estão estimados.

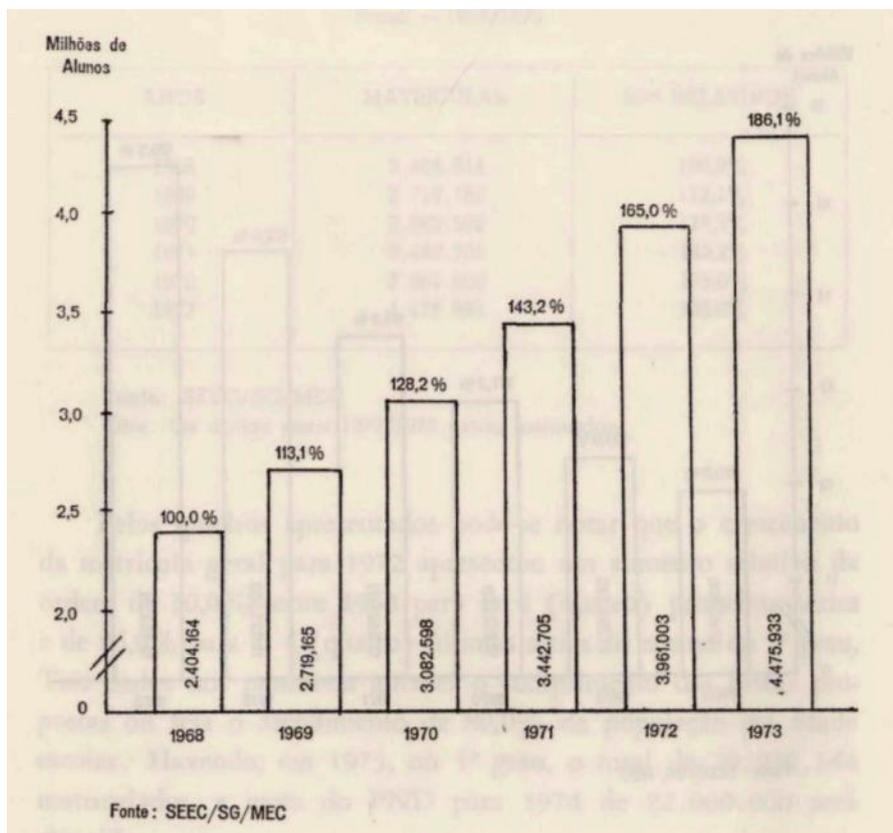
Pelos quadros apresentados pode-se notar que o crescimento da matrícula geral para 1972 apresentou um aumento relativo da ordem de 30,0% sobre 1968 para as 4 (quatro) primeiras séries e de 86,0% para as 4 (quatro) últimas séries do ensino de 1º grau. Tais dados nos permitem antever o cumprimento das metas propostas ou seja o atendimento de 80,0% da população em idade escolar. Havendo, em 1973, no 1º grau, o total de 19.939.144 matriculados, a meta do PND para 1974 de 22.000.000 será atingida.

Ressalte-se ainda que o projeto prioritário nº2 "Construção, Transformação, Equipamento, Treinamento de Pessoal para as Escolas Polivalentes" (PREMEN) entregou, em 1972, 87 prédios escolares, propiciando um aumento de 69.600 vagas para o 1º grau, e deverá entregar mais 8 Escolas Polivalentes acrescentando mais 6.400 vagas (sendo que 2 destas escolas serão na rodovia Transamazônica).

CRESCIMENTO DA MATRÍCULA NO ENSINO DE 1º GRAU  
(4 PRIMEIRAS SÉRIES)  
BRASIL 1968/1973



CRESCIMENTO DA MATRÍCULA NO ENSINO DE 1º GRAU  
(4 ÚLTIMAS SÉRIES)  
BRASIL 1968/1973



## 5.2 Evolução da Matrícula de 2º Grau

O quadro III representa o aumento de matrícula no Ensino de 2.º Grau.

QUADRO III

Matrícula inicial total do Ensino de 2.º Grau  
Brasil—1968/1972

ANOS	MATRICULAS	N.º» RELATIVOS
1968	801.075	<b>100,0%</b>
1969	910.210	<b>114,0%</b>
1970	1.003.475	<b>125,3%</b>
1971	1.119.421	<b>149,1%</b>
1972	1.312.560	<b>164,0%</b>
1973	1.483.192	<b>185,2%</b>

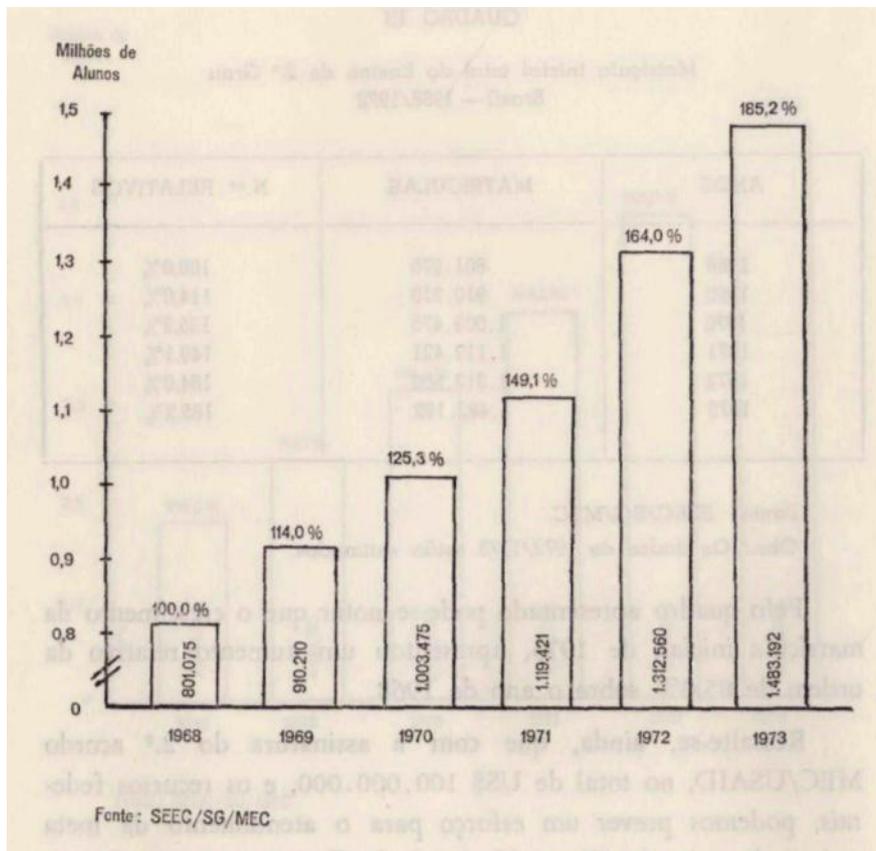
Fonte: SEEC/SG/MEC.

Obs.: Os dados de 1972/1973 estão estimados.

Pelo quadro apresentado pode-se notar que o crescimento da matrícula inicial, de 1973, apresentou um aumento relativo da ordem de 85,0% sobre o ano de 1968.

Ressalte-se, ainda, que com a assinatura do 2.º acordo MEC/USAID, no total de US\$ 100.000.000, e os recursos federais, podemos prever um esforço para o atendimento da meta estipulada pelo 1.º Plano Nacional de Desenvolvimento econômico e Social 1972/74 de 2.200.000 matrículas.

CRESCIMENTO DA MATRÍCULA NO ENSINO DE 2º GRAU  
(MATRÍCULA INICIAL)  
BRASIL 1968/1973



### 5.3 Evolução de *Matrícula do Ensino Superior*

como decorrência dos diversos projetos na área do ensino superior, particularmente a implementação da reforma universitária e a construção dos *campi* universitários, o índice de matrículas no ensino superior expandiu vertiginosamente.

Pelo quadro pode-se aquilatar o crescimento do ensino superior no período.

QUADRO IV Expansão da matrícula

inicial total no Ensino Superior

ANOS	MATRICULAS	N.º RELATIVOS
1968	278.295	100,0%
1969	342.886	123,2%
1970	425.478	153,0%
1971	561.397	202,0%
1972	694.100	249,4%
1973	836.469	300,6%

Fonte: SEEC/SG/MEC.

Obs.: Os dados de 1972/1973 estão estimados.

Pela leitura do quadro pode-se notar o vertiginoso crescimento do ensino superior e verificar, desde 1973, o cumprimento da meta proposta pelo 1.º Plano de Desenvolvimento econômico e Social 1972/74 de alcançar 820.000 matrículas em 1974.

CRESCIMENTO DA MATRÍCULA NO ENSINO SUPERIOR BRASIL  
1968/1973

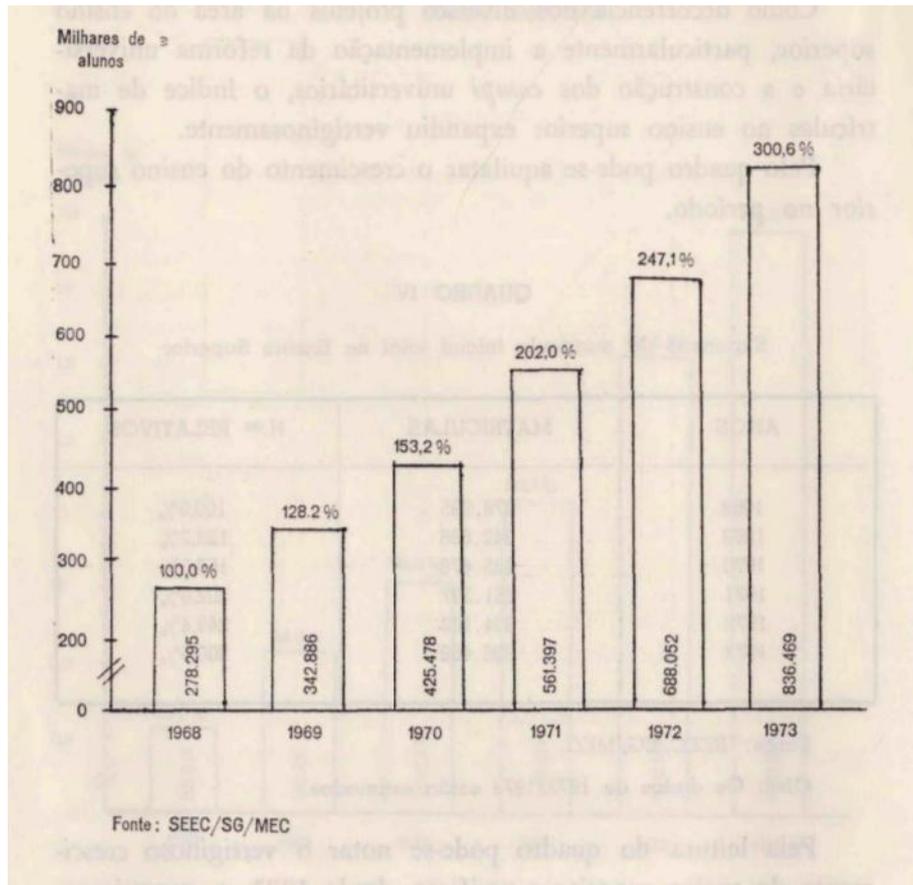
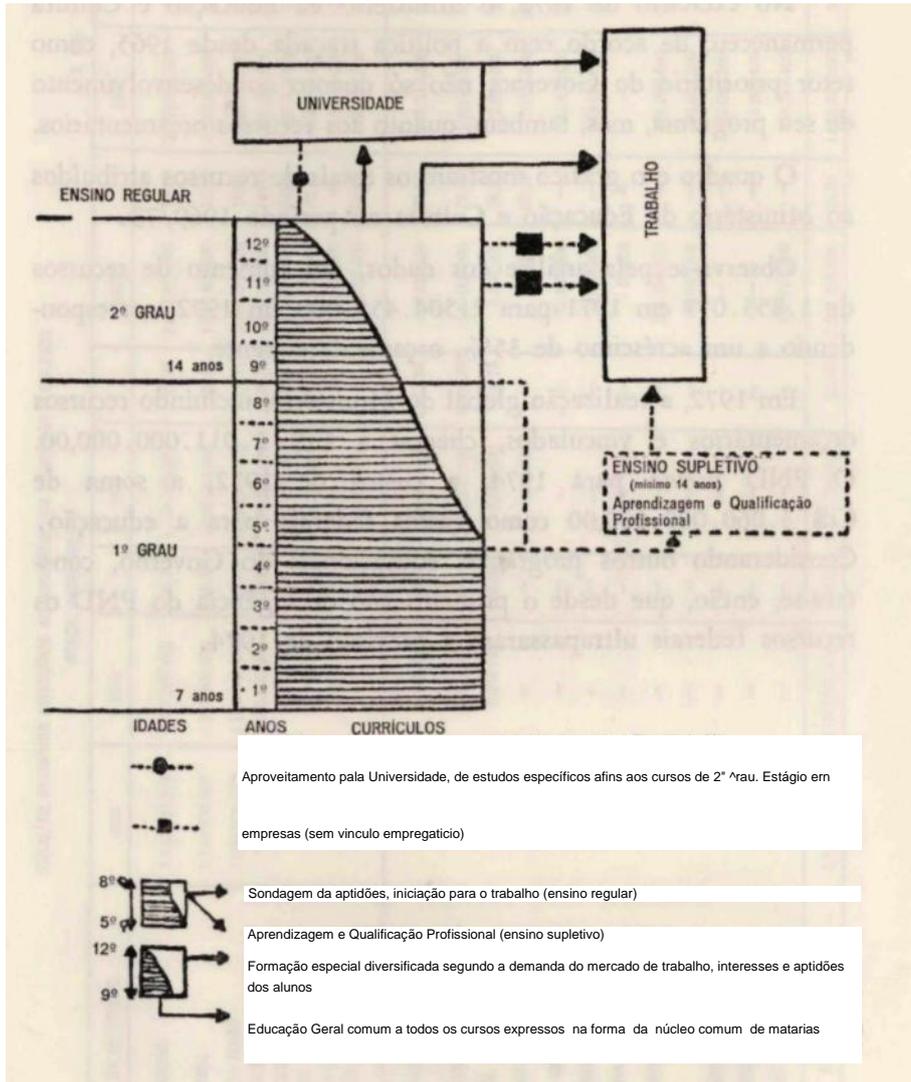


DIAGRAMA FUNCIONAL DO SISTEMA DE ENSINO DE 1º e 2º GRAUS



#### 5.4 Expansão *dos Recursos Financeiros*

No exercício de 1972, o Ministério da Educação e Cultura permaneceu, de acordo com a política traçada desde 1965, como setor prioritário do Governo, não só quanto ao desenvolvimento de seu programa, mas, também, quanto aos recursos orçamentários.

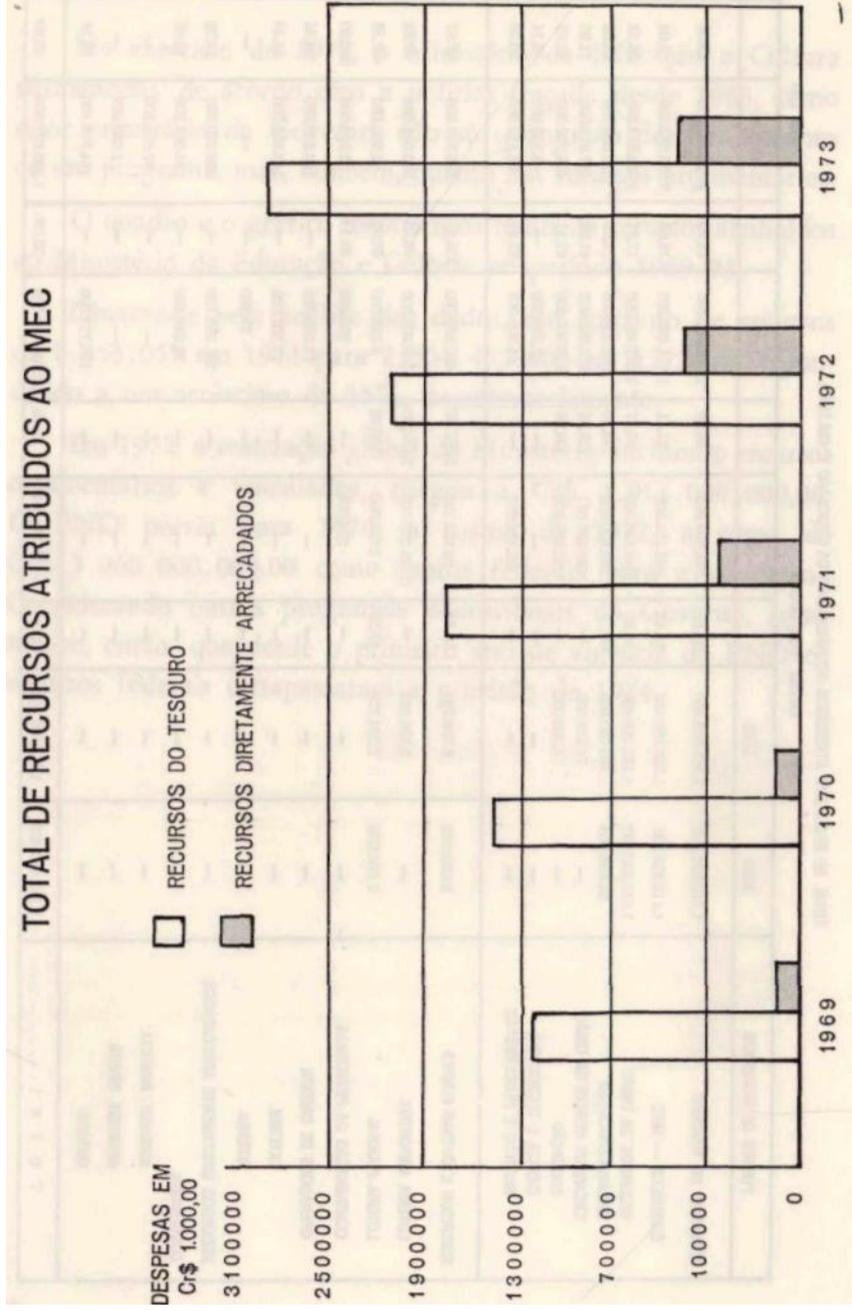
O quadro e o gráfico mostram os totais de recursos atribuídos ao Ministério da Educação e Cultura no período 1969/73.

Observa-se pela análise dos dados, um aumento de recursos de 1.853.057 em 1971 para 2.504.455.000 em 1972, correspondendo a um acréscimo de 35%, orçamentariamente.

Em 1972, a realização global do Ministério, incluindo recursos orçamentários e vinculados, chegou a Cr\$ 2.911.000.000,00. O PND previa para 1974, a custos de 1972, a soma de Cr\$ 3.060.000.000,00 como gastos federais para a educação. Considerando outros programas educacionais do Governo, constata-se, então, que desde o primeiro ano de vigência do PND os recursos federais ultrapassaram a previsão de 1974.



# TOTAL DE RECURSOS ATRIBUIDOS AO MEC



## 6. CONCLUSÕES

Do exposto, que é uma síntese de aspectos do complexo e amplo sistema educacional e cultural do qual o MEC é o órgão central, concluimos que:

- a) A Reforma Administrativa do Ministério permitiu que uma nova forma de administração desse rentabilidade ao sistema, dentro de uma educação planificada e planejada, o que constitui uma nova etapa no setor cultural e educacional.
- b) As Reformas do Ensino de 1º e 2º Graus e a Universitária vem obtendo seus êxitos não só quantitativamente, mas, sobretudo, por reformulações que vêm produzindo melhores índices ou indicadores qualitativos.
- c) O Governo Federal e os de quase todos os Estados tem atribuído ao Setor Educacional alta prioridade no planejamento e na alocação de recursos, possibilitando que a educação, como investimento, contribua efetivamente para o desenvolvimento.
- d) A Política Educacional traçada, com sua estratégia, objetivos e projetos prioritários, vem sendo fielmente cumprida e implementada com o objetivo maior de, em proporcionando segurança, contribuir direta e eficazmente para o desenvolvimento brasileiro.

Impresso no Setor de Artes Gráficas da  
Escola Técnica Federal "Celso Suckow da Fonseca"—Rio—GB